

afirmando ter sido bem tratado e ido ao Uruguai por livre e espontânea vontade. "Fui obrigado a ficar de pernas abertas e os braços levantados durante 45 minutos, numa cela", contou o comerciante nos depoimentos prestados na delegacia da Polícia Federal e na Câmara dos Vereadores de Santana do Livramento. "Eles queriam que eu confessasse roubo de gado e me bateram muito."

No domingo, dia 18, os mesmos policiais retornaram a seu armazém e só não conseguiram seqüestrá-lo novamente porque o capataz de uma fazenda também vizinha ajudou-o a fugir. Descontada essa frustrada tentativa de recuperar seu preso, o seqüestro por policiais uruguaios de pessoas que moram em Livramento ameaça tornar-se rotina — o caso de Cardozo é o quinto ocorrido em dois anos. Em 1977, foi seqüestrado o industrial uruguaio Edgar Alonso Mendonça, dono de uma fábrica de farinha de osso em Livramento. No ano passado, em fevereiro, foi a vez dos comerciantes Alberto dos Santos e Juan Protti.

O caso mais sério, contudo, envolve Pedro Otávio Araújo: foi apanhado enquanto assistia aos desfiles do carnaval de 1978 em pleno centro de Livramento por uma equipe de policiais uruguaios, que dispararam suas metralhadoras para assustar as testemunhas. "A invasão do território brasileiro nos revolta", diz o vereador arenista Sílvio Medina. Por isso a Câmara dos Vereadores pediu ajuda à polícia, mas foi informada de que todo o efetivo estava mobilizado para o carnaval. ●

SEQÜESTRO

Sob suspeição

O diretor do DOPS decide sair da sindicância

Depois de mais de cinquenta dias de trabalho como encarregado da sindicância que corre na polícia do Rio Grande do Sul para apurar as responsabilidades pelo seqüestro de quatro exilados uruguaios, ocorrido no último dia 17 de novembro, em Porto Alegre, o diretor do DOPS gaúcho, Marco Aurélio Reis, resolveu declarar-se "impedido" e abandonou a função. Na tarde de quarta-feira passada, uma nota oficial da Secretaria da Segurança informou que Reis solicitara a designação de outra autoridade para complementar a sindicância — que busca, justamente, apurar o envolvimento no

crime de dois de seus subordinados diretos, o delegado Pedro Seelig e o investigador Orandir Portassi Lucas, o "Didi Pedalada".

A Secretaria da Segurança considerou "procedentes" as razões alegadas pelo delegado Reis para pedir substituição, mas recusou-se a divulgá-las. Assim, parecia cristalizar-se em Porto Alegre a impressão de que, mais que um gesto de elegância, Reis agiu por interferência de fatores bem mais concretos. Afinal, após sua intervenção no Conselho Superior de Polícia, durante



Reis: 50 dias depois, a renúncia

semanas relutou em decidir se punia ou não os policiais Seelig e Lucas, o governador Synval Guazzelli passou a manter um relacionamento áspero com seus assessores na área de segurança pública. No dia anterior à renúncia do diretor do DOPS, Guazzelli mantivera uma reunião com o secretário da Segurança, coronel Rubem Moura Jardim, e com o superintendente dos Serviços Policiais, Leônidas da Silva Reis, irmão de Marco Aurélio — e da qual saiu visivelmente irritado.

NOVO PRATO — "Pela primeira vez,

em dez anos à frente do DOPS, o delegado Reis realiza uma sindicância insatisfatória", lembrou Werner Becker, advogado em Porto Alegre, que acompanhou Luís Cláudio Cunha, chefe da sucursal de VEJA em Porto Alegre — e testemunha de parte do seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti Rosas de Casariego, seus filhos Camilo e Francesca, e Universindo Rodríguez Díaz —, nos depoimentos que teve de prestar sobre o caso. De fato, ao terminar sua fase preliminar, a sindicância comandada por Reis havia produzido três volumes de informações: um com recortes de jornais, um sobre as atividades dos uruguaios no Brasil e um terceiro sobre os antecedentes políticos de Omar Ferri, advogado dos exilados, de Luís Cláudio Cunha e de J. B. Scalco — este a segunda testemunha do seqüestro. Quanto à possível implicação de seus subalternos, o delegado do DOPS não chegou a produzir coisas palpáveis.

Em todo caso, Jahir de Souza Pinto, diretor da Divisão de Inspeção e Correição da Polícia Civil, novo presidente da sindicância, tem elementos suficientes para tentar levar adiante as investigações. Mas terá muito trabalho nas próximas semanas. Pois, só do Conselho Superior de Polícia, já recebeu o pedido de três novas diligências: uma para saber se havia ordem ou pedido de busca dos uruguaios; a segunda, uma relação de todos os chefes de setores ou turmas da Divisão de Segurança Social do DOPS comandada por Pedro Seelig em novembro de 1978; finalmente, uma investigação junto à estação rodoviária para apurar se os quatro exilados viajaram de ônibus para a cidade fronteira de Bagé, pela qual teriam entrado voluntária e pacificamente no Uruguai.

Esse terceiro pedido é visivelmente supérfluo, uma vez que nos guichês que vendem passagens de ônibus o máximo que os vendedores anotam é o prenome do passageiro, para facilitar o embarque. E não pedem documentos. Tempo, assim, e mais uma vez, parece ser o grande trunfo dos que não pretendem uma solução objetiva para o caso. O Conselho só voltará a se reunir no dia 7 de março — e pela última vez durante o governo de Guazzelli, que considera a elucidação do seqüestro uma "questão de honra" para sua administração. ●